

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD N° 89/2024
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação: José Alves Pereira Neto / GETI Carleteane Alves Pinto / GETI Márcia Campelo da Silva / GEPEC Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos /GEPEC</p>	
2. OBJETO	
2.1. Produto ou serviço a ser contratado:	
<p>2.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de subscrição de licenciamento do software de antivírus corporativo <i>Symantec Endpoint Protection</i>, para proteção do parque tecnológico desta Agência, com garantia de atualização e suporte técnico.</p>	
2.2. Característica do Objeto	
<p>2.2.1. O objeto, aquisição de solução de segurança de endpoint, gestão, monitoramento, é considerado comum.</p>	
2.3. Subcontratação	
<p>2.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1 A Agência de Fomento do Estado do Amazonas – S.A – AFEAM, é uma empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, classificada como instituição financeira não bancária, subordinada à fiscalização e supervisão do Banco Central do Brasil - BACEN e organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, regendo-se pela Lei Federal nº 6.404, 1976, e agora, pela Lei nº 13.303, de 2016.</p> <p>3.2 A presente solicitação tem por objetivo a reposição do serviço de assinatura de 190 licenças do antivírus corporativo Symantec Endpoint Protection, atualmente em uso, com incremento de 110 novas unidades, totalizando 300 licenças contratadas, para atender as estações de trabalho e servidores. Esse software já é implementado nas estações de trabalho e utilizado há mais de 13 anos nesta Agência, entretanto, com a realização do concurso público no ano de 2022, como também da adoção da terceirização de serviços, atualmente há uma defasagem no número de licenças existentes, configurando assim a necessidade de</p>	

adequar o quantitativo de licenças assinadas/contratadas.

3.3 A manutenção deste aplicativo é de grande importância para a AFEAM, uma vez que funciona como barreira de proteção instalada nas estações de trabalho e servidores de rede contra incursões de vírus, trojans, ransomwares e outros malwares os quais podem afetar a integridade das informações corporativas. A escolha da contratação consiste em contratação tipo assinatura (subscription) a qual possibilita a constante atualização de versão do aplicativo, além de correções de bugs, suporte técnico e garantia de evolução do aplicativo durante toda a vigência da assinatura.

3.4 A continuidade do uso dessa ferramenta de antivírus baseia-se em diversos fatores técnicos e administrativos que tornam essa escolha a mais adequada para esta Agência.

3.5 Primeiramente, o software de antivírus corporativo *Symantec Endpoint Protection* já está instalado e em pleno funcionamento em todos os computadores da AFEAM há muitos anos. A troca por um novo software de antivírus exigiria um período de transição, incluindo a necessidade de treinamento da equipe de TI para gerenciar um novo sistema, o que geraria custos adicionais. Além disso, o tempo necessário para adaptação poderia comprometer a eficiência operacional, colocando em risco a proteção das informações e dos serviços prestados pela AFEAM durante esse período.

3.6 Outro ponto a ser considerado é o fato de que o software Symantec já está integrado às políticas de segurança de TI da AFEAM, proporcionando um histórico comprovado de proteção contra ameaças cibernéticas. A substituição desse software de antivírus implicaria em incompatibilidades com os processos já estabelecidos, além de expor a rede a vulnerabilidades até então desconhecidas, o que não seria prudente, especialmente em um ambiente onde a segurança da informação é fundamental.

3.7 É importante ressaltar que a continuidade do uso do software Sysmantec não compromete a competitividade do processo licitatório. Centenas de empresas estão autorizadas a comercializar esse produto no mercado, o que assegura que a AFEAM receba propostas de diversos fornecedores, garantindo uma competição justa e acessível. Isso permite que o processo licitatório mantenha sua integridade, respeitando o princípio da isonomia, sem qualquer prejuízo à concorrência entre os participantes.

3.8 Além disso, a aquisição das licenças do software de antivírus corporativo Symantec atende plenamente às necessidades técnicas e administrativas da AFEAM, garantindo a continuidade das operações sem os riscos e custos adicionais que uma mudança de sistema acarretaria, além de assegurar a ampla competitividade no processo licitatório.

3.9 Esta contratação visa atender as diretrizes da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.893, de 26/02/2021, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em

nuvem a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em especial ao Capítulo 2, Artigo 3º, Inciso II, Parágrafo 2º, da referida resolução em que trata sobre a utilização de criptografia, dentre outros procedimentos como requisitos mínimos de segurança no processo de comunicação e mitigação do risco de vazamentos de informações.

3.10 A realização da despesa dessa contratação está prevista no Planejamento Estratégico da AFEAM, Diretriz 02: Área Meio, Projeto nº 05: Disponibilizar serviços de comunicação compatíveis com as necessidades da AFEAM.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1 Os serviços serão licitados da seguinte forma:

Item	CATSER	Descrição do material ou serviço	Und. fornec	Qnt.
1	27502	Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de subscrição de licenciamento do software de antivírus corporativo <i>Symantec Endpoint Protection</i> , para proteção do parque tecnológico desta Agência, com garantia de atualização e suporte técnico para 36 meses.	LICENÇAS	300

4.1.2 Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtd	Unidade Fornecimento	Valor Unitário	Valor Total
1	Licenciamento de serviço de subscrição de licenciamento do software de antivírus corporativo <i>Symantec Endpoint Protection</i> , para proteção do parque tecnológico desta Agência, com garantia de atualização e suporte técnico para 36 meses.	300	LICENÇAS		
VALOR TOTAL					

4.1.3 Detalhamento do objeto:

4.1.3.1 Especificação da licença:

Item	Produto	Requisitos do produto - Licença	Tipo de Licenciamento
1	Symantec Endpoint Protection 14	Compatibilidade com sistema operacional Professional, Windows 10 Pro, Windows 11 Pro, e Windows Server a partir da versão 2008.	Endpoint Protection, Subscription License with Support, 300+ Devices, 36 meses

4.1.3.2 Condições Gerais:

- Os *softwares* deverão ser disponibilizados para *download* da AFEAM em perfeito estado de operação e na versão mais atualizada publicada pelo FABRICANTE;
- A CONTRATADA será responsável pela substituição ou reposição se, porventura, o licenciamento disponibilizado for incompatível com as especificações técnicas deste Termo de Referência;
- A solução deverá possuir garantia de correções disponibilizadas pelo FABRICANTE da solução, enquanto estiver vigente as subscrições, bem como as correções evolutivas publicadas no site do FABRICANTE;
- Os serviços de instalação e configuração das licenças ficarão a cargo da AFEAM;
- O licenciamento fornecido deverá permitir a instalação do produto em quantidade infinita de vezes, guardada a obediência ao quantitativo de licenças fornecidas.
- A versão das licenças de uso propostas deverá ser a última no mercado, com opção de *downgrade*, conferida na data da entrega do produto.
- Inclui-se nos serviços o Suporte Técnico do FABRICANTE (orientação à equipe técnica da AFEAM), compreendendo o diagnóstico e a identificação de problemas, correção de erros, defeitos (*bugs*) ou mau funcionamento sobre qualquer funcionalidade ou decorrente de qualquer customização efetuada durante a implantação do sistema.
- O licenciamento a ser contratado deve disponibilizar à AFEAM, acesso aos recursos *on-line* de que precisa para baixar documentos, manuais, orientações, atualizações regulares, versões de *software*, correções e novas funcionalidades referente às licenças do *software* objeto desta contratação.
- Visando garantir a efetividade do atendimento relativo à manutenção e suporte técnico, a CONTRATADA deve manter sempre atualizados junto à AFEAM, os meios de comunicação com a Central de Atendimento própria ou do fabricante.
- As informações relativas às especificações técnicas das soluções de TI devem ser fornecidas em Português- Brasil (pt-br), alternativamente, poderão ser apresentadas em língua Inglesa.

4.1.3.3 Suporte técnico:

4.1.3.4 A empresa deverá permitir acesso à AFEAM à sua central de atendimento ou à central de atendimento do fabricante no Brasil com disponibilização de número fixo no Brasil e endereço de *e-mail*

ou ferramenta de acesso **WEB** para registro de chamados e respectivo acompanhamento, na modalidade 24x7x365, envolvendo todos os recursos do ambiente que será objeto do contrato com resolução de problemas, via telefone ou via ferramenta WEB. O registro dos chamados deverá possuir, pelo menos, as seguintes informações:

- Data e hora;
- Descrição da demanda;
- Número da ordem de serviço.

4.1.1. Prazo de Licenciamento: 36 (trinta e seis) meses, a contar da sua disponibilização. O prazo citado justifica-se pelo fato de se tratar de uma solução de segurança, imprescindível para garantir a proteção do ambiente computacional da Agência. Além disso, a contratação por período de 36 meses possibilita condições comerciais mais vantajosas, uma vez que existem política de desconto progressivo em razão do tempo de contratação do licenciamento. Outra razão, além de minimizar os riscos associados à descontinuidade da solução, diminui o dispêndio de tempo na execução de novas instalações e configurações, como também facilita a otimização das elaborações de procedimentos e execuções de tarefas de longo prazo. É importante reafirmar que a contratação para 36 meses otimiza a necessidade de renovação a cada ciclo anual, racionalizando recursos administrativos e evitando a incorrência de reajustes no preço do licenciamento.

4.1.3.5 Prazo e Local de Entrega:

- a) Prazo: As licenças subscritas deverão ser disponibilizadas, em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.
- b) Local de entrega: As licenças devem estar associadas à conta da AFEAM junto ao Fabricante, identificada pelo Customer Numbem 58339435.

4.1.3.6 Condições de Recebimento:

4.1.3.6.1 A comprovação de subscrição das licenças será realizada por meio da identificação de *part-number*/SKU e/ou descrição das licenças através de acesso ao site restrito entre à AFEAM e o Fabricante, onde deverá ser disponibilizado os detalhes do contrato, contendo, dentre outros:

- a) número serial de identificação do contrato de subscrição;
- b) período inicial e final da subscrição;
- c) SKU/*part-number* das licenças;
- d) descrição das licenças;
- e) quantidades de licenças;
- f) tipo das licenças;
- g) serial ou identificador único dos conjuntos de licenças.

4.2 Informar necessidade de visita técnica:
4.2.1. Não há necessidade de visita técnica para este objeto.
5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE
5.1. Modalidade de licitação:
5.1.1 Será adotada o Procedimento na modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.
5.2. Critério de julgamento das propostas:
5.2.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL .
5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor
5.3.1. O critério de adjudicação será global.
5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços
5.4.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.
5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios
5.5.1. Não será permitida a participação de consórcios.
5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;
5.6.1. Não será permitida a participação de cooperativas, dada a natureza do objeto determinar que apenas parceiros licenciados pela representação do fabricante do software no Brasil, estejam autorizados a comercializar seus produtos.
6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO
6.1. Pelas características do objeto, não haverá necessidade de recebimento provisório;
6.2. A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua escorreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela CONTRATANTE, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto da CONTRATADA o acompanhamento dessas atividades;
6.3. O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação dos seguintes documentos: I. Nota fiscal/Fatura correspondente aos Serviços prestados (objeto deste Termo de Referência), de forma continuada, referente ao período em que o serviço foi prestado, contendo, de forma física ou acesso virtual, demonstrativo dos valores referentes à prestação dos serviços no período de apuração, com indicação do número de todas as linhas habilitadas e consumo correspondente;

- II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;
- III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o fornecimento do objeto e efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no item 6.3 deste Termo;

8.2 O pagamento antecipado visa a obtenção de melhores condições de preço, além disso a antecipação desse tipo de contratação de licenciamento de software é prática de mercado, ou seja, nas situações em que os mercados funcionam exigindo pagamento antecipado por tradição, amparado no Art. 215 do RILC;

8.3 Haverá inserção de dispositivo no instrumento contratual que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado atualizado caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei.

9. REAJUSTE

9.1 Em caso de necessidade de prorrogação, os preços registrados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 36 (trinta) meses, nos termos do artigo 190 e ss. c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

9.2 O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3 Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.4 Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de, 36 (trinta e seis) meses podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

12. AMOSTRAS

12.1. Não haverá exigência de amostras para a presente contratação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Cumprir fielmente com o fornecimento do objeto do contrato;

13.2 Entregar os produtos de acordo com as condições, especificações e quantidades pactuadas;

13.3 Manter disponível o acesso, sempre que houver releases, patches de correção ou atualização da lista de produtos, através de canal próprio ou do FABRICANTE da solução.

13.1.1. A disponibilização deverá ocorrer imediatamente após a publicação por parte da fabricante.

13.4 Prestar o suporte necessário AFEAM quando da ocorrência de bugs de funcionalidades que impeça a utilização da ferramenta contratada, na tentativa de obter sua correção junto à Fabricante.

13.5 Entregar os serviços ou produtos objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

13.6 Comunicar à AFEAM, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.4. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos produtos objeto do contrato;

13.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

13.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;

13.7. Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;

13.8. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;

13.9. Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

13.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo

de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE, bem como por toda e qualquer alteração relativa a incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;

13.11. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

13.12. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato.

13.13. A CONTRADA será obrigada a devolver o valor antecipado atualizado caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei;

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;

14.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

14.4. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

14.5. Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

14.6. Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

14.7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;

14.8. Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.2. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- IX. Para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- I. 1 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que o licitante já executou objeto compatível e pertinente em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante;

a) com relação à quantidade dos atestados a que se refere o inciso I do subitem 15.2, deverá demonstrar que o licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 50% (cinquenta por cento), do quantitativo total do item;

b) para atendimento do critério de quantidade constante no parágrafo anterior, poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

c) com relação ao prazo de execução dos serviços, deverá ser comprovado que o licitante já executou objeto em contratação semelhante, pelo mesmo prazo de vigência inicial do contrato estipulado em instrumento convocatório, ininterruptos ou não, ou seja, 36 (trinta e seis) meses.

II. Declaração do fabricante das soluções atestando que o licitante é parceiro autorizado a comercializar os produtos e serviços do fabricante.

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I. apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação dos índices abaixo, podendo ser apresentada por meio de Declaração de Capacidade Financeira:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso não atendido os índices na forma do item anterior, comprovar capital mínimo ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Instrumento equivalente ao Contrato, anexo do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da "Tabela 1 - Grau de infrações", respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na "Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau";

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
------	-----------------------	------

01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas.	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato.	03
07	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
09	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado.	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256,

19. GARANTIA

19.1 Não há necessidade de exigência de garantia contratual pois poderá onerar o valor da solução contratada, além disso, o risco da não prestação ou descontinuidade do serviço é muito baixo, considerando que uma vez disponibilizada as licenças no site do Fabricante elas terão validade durante toda a vigência do contrato.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 27 de novembro de 2024.

Carleteane Alves Pinto
Especialista de Fomento - GETI
Mat. 788

José Alves Pereira Neto
Gerente – GETI
Mat. 245

Márcia Campelo da Silva
Assessora/GEPEC
Mat. 596

Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos
Especialista de Fomento/GEPEC
Mat. 784

De acordo,

Manaus, de de 2024.

Aprovação da Área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES
Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2024.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente